CONTRATO Nº 009/2026
PROCESSO Nº 03534/2026 - SALIC/SEAD

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO MARANHÃO, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO - SEAD E A FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS ESPECIALIZADOS NA ORGANIZAÇÃO, PLANEJAMENTO E REALIZAÇÃO DE CONCURSOS PÚBLICOS.

O **ESTADO DO MARANHÃO**, através da **Secretaria de Estado da Administração – SEAD**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.553.806/0001-84, situada na Avenida Jerônimo de Albuquerque, Edifício Clodomir Millet, s/nº, Calhau – São Luís/MA, CEP nº 65074-220, Órgão da Administração Pública, doravante denominada **CONTRATANTE**, neste ato representado por seu titular, o Sr. **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, brasileiro, portador do CPF nº 915.829.203-97 e RG nº 01577606570 SSP/MA, residente e domiciliado nesta cidade, e de outro, a **FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS**, entidade fundacional de Direito Privado, sem fins lucrativos inscrita no CNPJ sob o nº 60.555.513/0001-90, Inscrição Estadual nº 109.304.625.110, situada na Av. Prof. Francisco Morato, 1.565, na Capital do Estado de São Paulo, CEP 05513-900, doravante denominada **CONTRATADA**, neste ato representada por seu Diretor-Geral, Sr. **EVANDRO TANSINI**, RG nº 33677936 SSP/SP e CPF nº 049.828.076-47 e por seu Diretor Financeiro, Sr. **GABRIEL LIMA COSTA DE BARROS**, RG nº 44015657 SSP/SP e CPF nº 401.212.818-33, têm, entre si, ajustado o presente, RESOLVEM celebrar o presente Contrato para serviços técnicos especializados de organização e aplicação das provas dos Concursos Públicos, decorrente da modalidade Contratação Direta por Inexigibilidade com base no art. 74, inciso III, da Lei nº 14.133/2021 e do Processo Administrativo nº 03534/2026 -SALIC, com fundamento na Constituição Federal, art. 37, inciso II; Lei nº 14.133/2021; Lei Federal nº 14.965/2024; Lei Orçamentária Anual vigente e demais normas regulamentares pertinentes à espécie, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO
O presente contrato tem por objeto a Contratação de instituição especializada na prestação de serviços técnicos especializados na organização, planejamento e realização de concursos públicos, na modalidade presencial, visando ao preenchimento de cargos vagos, bem como daqueles que vierem a vagar ou forem criados durante o prazo de validade dos certames. A contratação abrange diversos órgãos da Administração Direta, Autárquica e Fundacional do Estado do Maranhão, conforme detalhado na tabela que especifica os cargos, especialidades, pré-requisitos e vagas imediatas e de reserva. A realização dos Concursos e as convocações ocorrerão desde que haja disponibilidade orçamentária e de acordo com os critérios de conveniência e oportunidade da Administração do Estado do Maranhão.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VINCULAÇÃO
Vinculam-se ao presente Contrato, independentemente de transcrição, o Termo de Referência e a Proposta Técnica nº 54A/2026 da CONTRATADA.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO VALOR TOTAL
O valor total estimado da contratação, para a realização dos **4 (quatro) concursos**, considerando a expectativa de

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

112.000 inscritos e a realização das provas objetivas em Balsas/MA, Barra do Corda/MA, Caxias/MA, Colinas/MA, Imperatriz/MA, Pinheiro/MA e São Luís/MA, é **R$ 16.306.185,00 (dezesseis milhões, trezentos e seis mil e cento e oitenta e cinco reais).**

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Pela prestação dos serviços técnicos especializados descritos na Proposta Técnica nº 54A/2026, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA, para até o limite de inscritos de cada concurso, a importância especificada a seguir:

Concurso 1

PREÇO
R$ 5.056.460,00 (cinco milhões, cinquenta e seis mil e quatrocentos e sessenta reais) devidos à CONTRATADA independentemente do número de inscritos (pagantes e isentos), limitado a 51.240 inscritos (pagantes e isentos).
Valor por candidato EXCEDENTE a 51.240 inscritos (pagantes e isentos): R$ 82,85 (oitenta e dois reais e oitenta e cinco centavos).

Concurso 2

PREÇO
R$ 6.312.195,00 (seis milhões, trezentos e doze mil e cento e noventa e cinco reais) devidos à CONTRATADA independentemente do número de inscritos (pagantes e isentos), limitado a 34.200 inscritos (pagantes e isentos).
Valor por candidato EXCEDENTE a 34.200 inscritos (pagantes e isentos): R$ 106,70 (cento e seis reais e setenta centavos).

Concurso 3

PREÇO
R$ 2.668.735,00 (dois milhões, seiscentos e sessenta e oito mil e setecentos e trinta e cinco reais) devidos à CONTRATADA independentemente do número de inscritos (pagantes e isentos), limitado a 17.515 inscritos (pagantes e isentos).
Valor por candidato EXCEDENTE a 17.515 inscritos (pagantes e isentos): R$ 94,25 (noventa e quatro reais e vinte e cinco centavos).

Concurso 4

PREÇO
R$ 2.268.795,00 (dois milhões, duzentos e sessenta e oito mil e setecentos e noventa e cinco reais) devidos à CONTRATADA independentemente do número de inscritos (pagantes e isentos), limitado a 9.045 inscritos (pagantes e isentos).
Valor por candidato EXCEDENTE a 9.045 inscritos (pagantes e isentos): R$ 124,50 (cento e vinte e quatro reais e cinquenta centavos).

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os valores de inscrição definidos pela CONTRATANTE serão arrecadados em conta de sua responsabilidade, por meio do DARE - Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais. Serão de responsabilidade da CONTRATANTE, as seguintes providências:

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

a) Firmar convênio com Instituição Bancária, se necessário, para o recolhimento dos valores de inscrição, arcando com eventuais despesas.
b) Repassar informações técnicas sobre a forma de geração das cobranças com antecedência mínima de 10 dias úteis da abertura das inscrições.
c) Baixar e encaminhar à CONTRATADA, diariamente, os arquivos de retorno com os pagamentos dos candidatos, para processamento.
d) Assumir, perante a CONTRATADA e aos candidatos, qualquer problema decorrente do retorno dos arquivos bancários com os pagamentos dos candidatos.

Os funcionários da CONTRATADA não poderão fornecer seus dados pessoais, para que sejam gerados usuário e senha, com a finalidade de permitir acesso aos arquivos de pagamento do Concurso na conta bancária da instituição.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Será de responsabilidade da CONTRATANTE o ônus referente aos candidatos que tiverem os requerimentos de isenção do valor de inscrição deferidos.

CLÁUSULA QUARTA – DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

As despesas decorrentes do presente Contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária: Nota de Empenho nº 2026NE001088; Unidade Gestora: 600103 – Encargos Administrativos; Gestão: 00001 - Gestão Geral; Evento: 400013 - RC09 - Emissão de Empenho da Despesa Pré-Empenhada; Credor: 60.555.513/0001-90 - Fundação Carlos Chagas; Grupo Programação Financeira: 003 - Outras Despesas Correntes; Unidade Orçamentária: 60103 - Encargos Administrativos; Programa Trabalho: 04.122.0359.6136.025260; Função: 04 Administração; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa: 0359 - Modernização da Gestão Administrativa; Ação: 6136 - Central de Compras; Subação: 025260 - Serviços Técnicos Especializados; Fonte Recurso: 1.5.00.101000 - Recursos não Vinculados de Impostos - Fonte 1500.1010000; Natureza Despesa 33.90.39.03 Concursos, Treinamentos, Cursos e Reciclagem.

CLÁUSULA QUINTA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado pelo mesmo período por comum acordo entre as partes, sob as hipóteses garantidas pelo inciso XVII do art. 6º da Lei federal nº 14.133/2021, que dispõe que os serviços não contínuos ou contratados por escopo, que são aqueles que impõem ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podem ser prorrogados, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os eventuais atrasos no cumprimento dos Cronogramas de Atividades, por qualquer das partes, ocasionarão a compensação do número de dias de atraso em favor da outra parte, para a execução das tarefas a ela atribuídas, além da necessidade de renegociação dos Cronogramas de Atividades, respeitada a capacidade operacional da CONTRATADA para absorver tais atrasos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Os Cronogramas de Atividades serão planejados em comum acordo entre as partes. Caso o número de candidatos inscritos exceda substancialmente tal previsão, a Contratada poderá proceder com a revisão dos prazos constantes dos Cronogramas de Atividades, o que poderá ocasionar alteração nas datas previstas para aplicação da prova e entrega dos resultados finais. A referida revisão objetiva possibilitar a efetiva realização das condições operacionais estabelecidas, como alocação dos candidatos, impressão, correção das provas e outras correlacionadas, bem como assegurar os procedimentos de segurança determinados pela Contratada.

CLÁUSULA SEXTA – DA EXECUÇÃO DO OBJETO

Os serviços deverão ser prestados mediante o cumprimento das seguintes condições:

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

Prazo de entrega ou prestação de serviço

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O prazo de entrega da prestação do serviço contratado será previsto conforme os cronogramas de execução a serem elaborados em comum acordo entre as partes, contado a partir do recebimento da Ordem de Serviço ou Fornecimento, emitida pelo Gestor e/ou Fiscal do Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Todas as informações específicas sobre a previsão de execução das etapas do concurso constam na Proposta Técnica nº 54A/2026 da CONTRATADA.

Procedimentos e Calendário do Concurso Público

PARÁGRAFO TERCEIRO - Deverão ser elaborados os editais, de acordo com a deliberação da Comissão Setorial do Concurso e da Contratada.

PARÁGRAFO QUARTO - Os Editais de Abertura dos Concursos deverão conter calendário com datas definidas para os eventos, especialmente:

a) Publicação do Edital de Abertura;
b) Período de inscrição;
c) Divulgação das inscrições indeferidas; divulgação dos locais de realização das provas;
d) Realização das provas/fases;
e) Divulgação de gabaritos preliminares e definitivos;
f) Divulgação das decisões de recursos;
g) Divulgação dos resultados e convocação de candidatos para as fases subsequentes;
h) Prazos e períodos para recursos;
i) Publicação do Resultado Final do Concurso Público.

PARÁGRAFO QUINTO - O período de inscrição deverá ser de, no mínimo, 30 (trinta) dias corridos.

PARÁGRAFO SEXTO - As datas de realização das provas serão fixadas, em período superior a 60 (sessenta) dias corridos, a contar da publicação do Edital de Abertura no DOE/MA, ocorrendo, obrigatoriamente, em dia de domingo, com exceção do cargo de Procurador que terá etapa em um sábado.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Caso ocorra, independentemente da vontade das partes, atraso no cumprimento dos prazos estabelecidos nos Editais de Abertura, será feita a compensação em número de dias de forma a garantir o intervalo previsto.

PARÁGRAFO OITAVO - As datas de realização das provas, após aprovada por ambas as partes, somente poderão ser alteradas por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar a adoção da medida.

Da Divulgação

PARÁGRAFO NONO - A concessão de entrevistas e informações para a mídia será feita pela Secretaria de Estado da Comunicação e/ou pela Comissão Setorial do Concurso.

PARÁGRAFO DEZ - A comunicação necessária à publicidade do concurso será de responsabilidade da Instituição Contratada.

PARÁGRAFO ONZE - A Contratada deverá desenvolver o esforço necessário para a divulgação do concurso nos veículos de comunicação, utilizando-se de seu site, *mailling* eletrônico, cartazes (e-mail) e jornais especializados,

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

de acordo com a formatação, dimensões e programação definidas pela própria Instituição.

PARÁGRAFO DOZE - Todas as informações oficiais deverão ocorrer por meio de edital, constando número, data e nome do documento.

Da Publicidade

PARÁGRAFO TREZE - As publicações oficiais deverão ser encaminhadas pela Contratada para validação da Comissão Setorial do Concurso, com uma antecedência mínima de 48 horas. Já aquelas divulgadas exclusivamente na página do concurso deverão ser enviadas com pelo menos 12 (doze) horas de antecedência.

PARÁGRAFO QUATORZE - O site oficial do concurso será o da Instituição Contratada, mesmo após a homologação do Resultado Final, o que implica sua manutenção para fins de acesso pelo prazo que se fizer necessário.

PARÁGRAFO QUINZE - Durante o prazo de validade do concurso, a Instituição Contratada deverá manter em sua página os editais divulgados e o link para o sítio da Secretaria de Estado da Administração.

PARÁGRAFO DEZESSEIS - Deverá ser disponibilizada para o candidato, no sítio oficial do concurso, a consulta individual sobre a sua participação no concurso, em especial:

a) Acompanhamento da inscrição;
b) Local de prova;
c) Boletim de desempenho detalhado por nota, de todas as disciplinas ou conforme critério adotado para o resultado das provas;
d) Digitalização da folha de resposta, com as respectivas correções;
e) Apreciação e decisão dos recursos interpostos.

PARÁGRAFO DEZESSETE - Os gabaritos oficiais (preliminares e definitivos) das provas objetivas deverão ser publicados em até 48 (quarenta e oito) horas após o final de cada uma das aplicações.

PARÁGRAFO DEZOITO - Na divulgação dos resultados das provas e fases deverão constar, em ordem alfabética, nome e número de inscrição, classificação, nota de cada disciplina, de cada prova e de cada etapa, ressaltando-se aquelas que compõem os critérios de desempate.

PARÁGRAFO DEZENOVE - Na divulgação dos resultados fica vedada a divulgação, pela Instituição, de lista de reprovados e suas respectivas notas.

PARÁGRAFO VINTE - Serão publicados no DOE/MA e disponibilizados em sítio eletrônico oficial do Estado e da Instituição responsável pela organização do concurso:

a) As retificações e os esclarecimentos ao conteúdo do edital;
b) Os resultados preliminares de cada etapa, bem como o definitivo;
c) Os cronogramas detalhados para as nomeações pleiteadas;
d) As convocações dos candidatos;
e) Os editais posteriores;
f) Os gabaritos;
g) Os resultados dos julgamentos de impugnação e recursos.

PARÁGRAFO VINTE UM - O Resultado Final será publicado no DOE/MA e divulgado no sítio oficial do

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

concurso, em ordem de classificação e com a pontuação de todos os candidatos aprovados.

Das Condições Especiais Para Fazer as Provas

PARÁGRAFO VINTE E DOIS - O candidato que necessitar de qualquer tipo de condição especial para fazer as provas deverá solicitar eletronicamente, no momento da inscrição, as condições especiais necessárias, conforme o modelo disposto na tela de inscrição.

PARÁGRAFO VINTE E TRÊS - A solicitação de condições especiais deverá ser atendida observados os critérios de viabilidade.

PARÁGRAFO VINTE E QUATRO - Os candidatos poderão ser solicitados a apresentar comprovação da necessidade da condição especial requerida, conforme determinação da Instituição Contratada, que será responsável pela análise e verificação.

PARÁGRAFO VINTE E CINCO - Para a candidata que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá ser disponibilizada sala reservada para acomodar o acompanhante e a criança. A candidata que não levar acompanhante não realizará a prova.

PARÁGRAFO VINTE E SEIS - Os fiscais destinados ao acompanhamento dos candidatos que tenham solicitado condições especiais para fazer as provas deverão estar aptos a este tipo de serviço.

PARÁGRAFO VINTE E SETE - Sem prejuízo de outras condições especiais necessárias, disponibilizadas pela Instituição Contratada, deverá ser assegurado o acesso às seguintes condições especiais na realização da prova objetiva:

I - Ao candidato com deficiência visual:

a) Prova impressa em caracteres ampliados, com indicação do tamanho da fonte;
b) Leitura da prova por fiscal ledor com leitura fluente;
c) Designação de fiscal para auxiliar na transcrição das respostas;

II - Ao candidato com deficiência auditiva:

a) Atendimento por fiscal intérprete da Língua Brasileira de Sinais (Libras);
b) Autorização para utilização de aparelho auricular, sujeito à inspeção e à aprovação pela autoridade responsável pelo concurso público, com a finalidade de garantir a integridade do certame;

III - Ao candidato com deficiência física:

a) Mobiliário adaptado e espaços adequados para a realização da prova, com a designação de fiscal para auxiliar no manuseio da mesma e na transcrição das respostas, e facilidade de acesso às salas de realização da prova e às demais instalações de uso coletivo no local onde será realizado o certame.

Da Inscrição

PARÁGRAFO VINTE E OITO - A inscrição será realizada exclusivamente pela internet.

PARÁGRAFO VINTE E NOVE - O site das inscrições deverá estar disponível 24 (vinte e quatro) horas, ininterruptas, durante todo o período de inscrições, observado o horário de Brasília- DF.

PARÁGRAFO TRINTA - No ato da inscrição o candidato deverá optar pelo cargo/função ao qual concorrerá.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

PARÁGRAFO TRINTA E UM - O pagamento será via Documento de Arrecadação de Receitas Estaduais - DARE, emitido no ato da inscrição.

PARÁGRAFO TRINTA E DOIS - O pagamento somente poderá ser feito em bancos credenciados ou nas agências lotéricas.

PARÁGRAFO TRINTA E TRÊS - Será isento do pagamento de taxa de inscrição do concurso, mediante requerimento, o candidato que atender as seguintes legislações:

a) Lei Federal nº 13.656 de 30 de abril de 2018
b) Decreto nº 6.593 de 2 de outubro de 2008;
c) Lei Estadual n.º 12.519 de 31 de março de 2025;
d) Lei Estadual nº 12.463 de 20 de dezembro de 2024;
e) Lei estadual n.º 10.698 de 13 de outubro de 2017;
f) Lei Estadual n.º 10.338 de 19 de outubro de 2015;
g) Lei Estadual n.º 299 de 25 de setembro de 2007.

PARÁGRAFO TRINTA E QUATRO - O órgão ou a entidade executora (a) do concurso público consultará o órgão gestor dos programas especificados no *parágrafo trinta e três* para verificar a veracidade das informações prestadas pelo candidato e a declaração falsa sujeitará o candidato às sanções previstas em lei, inclusive o disposto no parágrafo único do art. 10 do Decreto federal nº 83.936, de 6 de setembro de 1979.

PARÁGRAFO TRINTA E CINCO - A isenção prevista no *parágrafo trinta e três*, será concedida mediante apresentação, na forma prevista em edital, de documento comprobatório das doações realizadas, emitido por banco de leite humano em regular funcionamento.

PARÁGRAFO TRINTA E SEIS - Caberá à Instituição Contratada o recebimento e a conferência de toda a documentação, presencialmente ou online, de acordo com a legislação indicada no *parágrafo trinta e três*.

PARÁGRAFO TRINTA E SETE - Não haverá devolução de taxas de inscrição, salvo em casos de cancelamento do concurso.

PARÁGRAFO TRINTA E OITO - Para ter acesso ao formulário de inscrição, o candidato deverá declarar conhecimento do inteiro teor dos termos do Edital de Abertura e sua aceitação. O "Termo de Conhecimento e Aceitação" ficará registrado nas informações do candidato.

PARÁGRAFO TRINTA E NOVE - O cadastro geral de inscritos será composto com informações colhidas do formulário de inscrição, contendo dados pessoais do candidato e dados do cargo, em especial:

a) Nome, documento de identificação, CPF, endereço, e-mail, telefones fixo e celular, data de nascimento, nome da mãe, sexo, raça/cor/etnia;
b) Cargo/função;
c) Condições especiais para fazer as provas, se houver.

Da Estrutura Organizacional

Aspectos Gerais:

a) Possuir estrutura organizacional composta por equipe fixa e especializada, excetuando-se as equipes de apoio;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

b) Ter capacidade de mobilizar recursos humanos qualificados, especialmente as equipes de fiscais e Banca Examinadora;
c) Possuir infraestrutura e logística mínima capaz de atender as necessidades de desenvolvimento das atividades inerentes à execução de cada uma das fases do concurso com profissionalismo e qualidade;
d) Manter procedimentos de segurança constantes durante todo o processo de execução do concurso, do transporte das provas e da leitura dos cartões de respostas.

Das Bancas:

a) A CONTRATADA é responsável por compor as bancas examinadoras para a elaboração e a correção das provas, e para análise e resposta dos recursos interpostos pelos candidatos em relação a esses instrumentos de avaliação;
b) A CONTRATADA deve reunir-se com a Comissão Setorial do concurso para definir o perfil de candidato a ser selecionado pelo concurso e o padrão adequado de dificuldade nas provas;
c) A CONTRATADA deve avaliar, conjuntamente com a Comissão Organizadora do concurso, a adequação do conteúdo programático a ser cobrado;
d) A CONTRATADA deve definir, conjuntamente com a Comissão Organizadora, os indicadores exigíveis para seleção dos membros da banca examinadora, tais como: área de formação, nível de pós-graduação (especialista, mestrado, doutorado), disciplinas que lecionam, paridade de gênero, experiência em concursos;
e) As provas deverão ser submetidas à revisão linguística, de acordo com a última reforma ortográfica.

Da Equipe de Apoio na Aplicação de Provas

Composição da equipe de apoio:

a) Coordenador geral;
b) Coordenadores de prédio, de provas e de andar;
c) Fiscal de sala, pelo menos 02 (dois) para cada sala;
d) Fiscal de apoio (auxiliar da coordenação);
e) Fiscais volantes de acordo com os parâmetros adotados pela contratada;
f) Fiscal de raquete (detector de metais) que atuarão na entrada e na saída das salas de aplicação;
g) Fiscal de portaria;
h) Fiscal reserva (fiscal para recepção dos candidatos e substituições);
i) Auxiliar de limpeza;
j) Fiscal para condições especiais;
k) Dispor de ambulâncias em pontos estratégicos na cidade durante a aplicação das provas, quando aplicável.

PARÁGRAFO QUARENTA - O quantitativo da equipe de apoio deverá ser contratado em quantidade suficiente para uma aplicação de provas eficiente, segura e com qualidade inquestionável.

PARÁGRAFO QUARENTA E UM - Os fiscais deverão ser selecionados, contratados e treinados para atuarem na aplicação das provas do concurso, em conformidade com a função a ser exercida.

PARÁGRAFO QUARENTA E DOIS - O treinamento da equipe de apoio deverá ocorrer, preferencialmente, no dia anterior à aplicação e, quando não for possível, com pelo menos 02 horas de antecedência da abertura dos portões.

PARÁGRAFO QUARENTA E TRÊS - Os fiscais detectores deverão receber treinamento especial em razão da grande incidência de tentativa de fraude por meio de aparelhos eletrônicos no banheiro. Os fiscais realizarão

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

inspeção prévia dos ambientes de aplicação, inclusive sanitários, antes do início das provas, observando a alínea "f", do parágrafo trinta e nove.

PARÁGRAFO QUARENTA E QUATRO - Toda a equipe de apoio deverá ser remunerada de acordo com o estabelecido pela instituição executora.

PARÁGRAFO QUARENTA E CINCO - Preferencialmente, todos os fiscais de sala e coordenadores deverão possuir curso superior.

PARÁGRAFO QUARENTA E SEIS - É vedada a participação, como coordenador, fiscal de sala ou em QUALQUER outra função atinente à realização do concurso, de cônjuge ou parente de candidato, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o 3º (terceiro) grau.

PARÁGRAFO QUARENTA E SETE - Os colaboradores mencionados no subitem anterior deverão assinar declaração a fim de garantir sigilo nas fases do concurso, declarando não ser cônjuge ou parente, em linha reta ou colateral, por parentesco natural ou civil, até o 3º (terceiro)grau, de candidato ao concurso.

PARÁGRAFO QUARENTA E OITO - Os representantes da Contratada deverão participar de reunião online com a Comissão Setorial do Concurso, em dia e hora que serão definidos em comum acordo com a Contratada.

Da Segurança do Concurso

PARÁGRAFO QUARENTA E NOVE - Durante toda a realização do concurso, como nos dias de aplicação das provas presenciais e da leitura das folhas de respostas, deverão ser adotados mecanismos de segurança, especialmente quanto aos trabalhos de elaboração, impressão e guarda da prova objetiva.

PARÁGRAFO CINQUENTA - Os locais de elaboração, impressão, embalagem, guarda, correção de provas e de folhas de respostas deverão ser específicos, resguardando os critérios:

a) Possuir sistema de alarme monitorado, segurança e vigilância, câmeras filmadoras em locais estratégicos e registro das imagens durante o período de desenvolvimento dessas atividades;
b) Possuir um rígido controle de acesso de pessoas a esses setores, por meio de recursos biométricos;
c) Dispor de cofre para armazenar o material didático, os arquivos físicos e magnéticos das questões, as provas impressas e já reproduzidas e as folhas de respostas, assim como outros materiais utilizados pela Banca Examinadora;
d) Restringir o acesso somente às pessoas envolvidas no concurso, utilizando-se de controle de identificação com reconhecimento facial e com filmagem ininterrupta (sistema de gravação ativo por 24 horas por dia para monitorar o ambiente, com tecnologia de gravação por detecção instantânea de movimentos, com alta sensibilidade a qualquer movimento. Desse modo, durante todo o processo de impressão e em todas as hipóteses de circulação de pessoas, as imagens são registradas);
e) Fragmentar o lixo destes locais antes de ser descartado, sendo que o lixo de elaboração e impressão das provas somente deverá ser fragmentado após a aplicação das provas;
f) Impossibilitar a entrada ou permanência de qualquer pessoa desacompanhada sem a devida autorização no local;
g) Após a impressão, as provas e as folhas de respostas deverão ser separados e acondicionados em envelopes plásticos opacos, de segurança, os quais deverão ser etiquetados conforme a distribuição do local de realização das provas. Os mesmos deverão ser lacrados, assim como deverão ser guardados em caixas apropriadas, com resistência de aproximadamente de 12 kgf por coluna;
h) As provas deverão ser acondicionadas em recipiente lacrado;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

i) Os objetos eletrônicos dos candidatos deverão ser desligados e guardados em suas respectivas salas e serão acondicionados em sacos plásticos, identificados e lacrados;
j) Serão utilizados detectores de metais nos locais de aplicação das provas, especialmente para as entradas e saídas das salas de provas;
k) Serão coletadas as grafias de candidatos para exame grafotécnico, em todas as etapas, desde que legalmente necessárias.

Das Provas

Da Elaboração

PARÁGRAFO CINQUENTA E UM - O conteúdo das provas deverá abarcar o conteúdo programático.

PARÁGRAFO CINQUENTA E DOIS - As questões das provas deverão:

a) Ser contextualizadas e sempre que possíveis interdisciplinares;
b) Abranger graus variados de dificuldade, adequados às especificidades do cargo;
c) Utilizar recursos gráficos animados, caso haja necessidade;
d) Ser inéditas, formuladas com clareza, dentro do conteúdo programático e estabelecido em edital, abrangendo as capacidades de compreensão, aplicação, análise e avaliação, devendo valorizar o raciocínio e privilegiar a reflexão e não a memorização, bem como a qualidade e não a quantidade.
e) A Banca Examinadora deverá elaborar questões que permitam o embaralhamento aleatório de modo a compor, no mínimo, 2 (dois) tipos de gabaritos para a mesma prova;
f) O tempo de execução das provas objetivas será determinado conforme as especificações do edital.

Da impressão

PARÁGRAFO CINQUENTA E TRÊS - As provas deverão ser impressas em quantidade adequada às necessidades do Concurso Público.

PARÁGRAFO CINQUENTA E QUATRO - Os cadernos de provas e os cartões-resposta deverão utilizar no corpo do texto uma fonte de tamanho mínimo 9 (nove) e serem produzidos em impressora de alto desempenho.

PARÁGRAFO CINQUENTA E CINCO - Os cadernos de provas deverão conter: capa com todas as instruções necessárias à realização das provas, com código de barras, nome do candidato, número do documento de identificação e inscrição.

PARÁGRAFO CINQUENTA E SEIS - Após a aplicação, as folhas de respostas deverão ser acondicionados em envelopes personalizados por sala e entregues ao coordenador do prédio ou de provas.

Da Aplicação

PARÁGRAFO CINQUENTA E SETE - As provas objetivas e discursivas terão duração especificadas em edital para cada cargo e serão acompanhadas/fiscalizadas pela Comissão Setorial do Concurso e pela Secretaria de Estado da Administração.

PARÁGRAFO CINQUENTA E OITO - As provas serão realizadas em São Luís, Pinheiro, Imperatriz, Colinas, Caxias, Barra do Corda e Balsas, no estado do Maranhão.

PARÁGRAFO CINQUENTA E NOVE - Havendo indisponibilidade de locais suficientes ou adequados nas

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

cidades listadas no subitem anterior, as provas e etapas poderão ser aplicadas em outras cidades do Estado.

PARÁGRAFO SESSENTA - Os locais de realização das provas serão aprovados previamente pela Comissão Setorial do Concurso, se necessário, e contará com:

a) Vias de acesso apropriadas aos candidatos com deficiência;
b) Condições ambientais e instalações que não impliquem desgaste físico ou mental desnecessário ao candidato ou que lhe prejudiquem a concentração;
c) Cartazes de controle de tempo mantido em local visível a todos os candidatos durante a realização das provas;
d) Instalações sanitárias adequadas e próximas à sala de prova;
e) Dispor de ambulâncias em pontos estratégicos na cidade de realização das provas, durante a aplicação das provas, em conformidade com a legislação vigente (quando aplicável).
f) Será de responsabilidade exclusiva do candidato, a identificação correta de seu local de prova e o comparecimento no horário determinado.

PARÁGRAFO SESSENTA E UM - Para ingressar nos locais de provas, os candidatos terão que apresentar documento de identificação válido com foto, por meio físico ou eletrônico, nos moldes do art. 2º da Lei federal nº 12.037/2009.

PARÁGRAFO SESSENTA E DOIS - A Comissão Setorial do Concurso, poderá também autorizar outros meios de identificação do candidato quando o documento do item anterior for insuficiente.

PARÁGRAFO SESSENTA E TRÊS - Considerar-se-á eliminado do concurso o candidato que não comparecer no dia, na hora e no lugar previamente designados para a realização de qualquer das provas, não sendo admitido o seu ingresso no local após o horário estabelecido.

PARÁGRAFO SESSENTA E QUATRO - O candidato deverá assinar a lista de comparecimento.

PARÁGRAFO SESSENTA E CINCO - A inviolabilidade do sigilo das provas será comprovada no momento de romper-se o lacre das caixas de provas, mediante termo formal e na presença de 3 (três) candidatos na coordenação do local de realização das provas.

PARÁGRAFO SESSENTA E SEIS - Será eliminado do concurso o candidato que durante a realização das provas comunicar-se com outros candidatos ou com outras pessoas, oralmente, por escrito ou por qualquer outro meio de comunicação, ou tentar utilizar-se de notas, impressos ou livros.

PARÁGRAFO SESSENTA E SETE - Não será permitida qualquer forma de consulta durante as provas, sob pena de desclassificação do candidato, exceto para a Prova Discursiva do cargo de Procurador, nos termos a serem definidos no edital.

PARÁGRAFO SESSENTA E OITO - Os candidatos não poderão deixar seus lugares durante a realização das provas sem a permissão de um dos fiscais, sob pena de ser eliminado do concurso.

PARÁGRAFO SESSENTA E NOVE - Será eliminado do concurso o candidato que desacatar qualquer membro da Comissão Setorial do Concurso ou membro da equipe de fiscalização.

PARÁGRAFO SETENTA - Não será permitido a divulgação de errata ou qualquer outro tipo de correção das

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

provas nos dias de aplicação;

PARÁGRAFO SETENTA E UM - Durante o período de realização das provas, deverão permanecer no mínimo os 3 (três) últimos candidatos por sala. Esta regra deverá constar dos avisos da capa do caderno de provas.

Da Correção

PARÁGRAFO SETENTA E DOIS - Será admitido arredondamento de notas a partir da 3ª (terceira) casa decimal.

PARÁGRAFO SETENTA E TRÊS - As folhas de respostas serão digitalizadas, sendo o único documento válido para correção da prova objetiva e não será substituído em hipótese alguma, devendo conter instruções de preenchimento e código de barras, além de uma parte destacável com o nome do candidato, número do documento de identificação, número de inscrição, número do caderno e código de acesso.

Do Conteúdo Programático

PARÁGRAFO SETENTA E QUATRO - Deverão ser observados os seguintes critérios:

a) Privilegiar disciplinas e temas pertinentes e relevantes ao desempenho das atribuições dos cargos;
b) Deverá constar no Edital de Abertura do Concurso o conteúdo programático de carda cargo;
c) Observar legislações ou normas vigentes;
d) Não utilizar legislações com entrada em vigor após a data de publicação do Edital de Abertura;
e) Ser adequado ao número de questões que serão exigidas, ao nível de escolaridade, complexidade e perfil dos cargos;
f) Ser apresentado no Edital de Abertura, por disciplina, com tópicos e subitens;
g) O conteúdo programático de cada disciplina, objeto de exame no concurso público, será enunciado de forma precisa e detalhada, a fim de permitir ao candidato a adequada compreensão do assunto em causa, vedada a referência genérica a grandes tópicos do conhecimento;
h) As questões que envolvam legislação ou conhecimentos jurídicos deverão ser elaborados com o objetivo de aferir a compreensão do candidato acerca do efetivo conteúdo normativo ou jurisprudencial veiculado, sendo vedada a exigência assentada na mera memorização de número de dispositivo.

Dos Locais de Realização das Provas

PARÁGRAFO SETENTA E CINCO - Os locais de provas serão aprovados previamente pela Comissão Setorial do Concurso, se necessário.

PARÁGRAFO SETENTA E SEIS - Os locais das provas (estabelecimentos de ensino) deverão ser selecionados entre aqueles de fácil acesso, com infraestruturas semelhantes entre si e adequadas a permitir a boa acomodação física dos candidatos e, preferencialmente, localizados nas zonas centrais.

PARÁGRAFO SETENTA E SETE - Poderão ser selecionados estabelecimentos de ensino público estadual ou municipal.

PARÁGRAFO SETENTA E OITO - As salas com até 50 (cinquenta) candidatos deverão contar com, no mínimo, 2 (dois) fiscais. As salas com até 70 (setenta) candidatos deverão contar com, no mínimo, 3 (três) fiscais. Excepcionalmente, com a aquiescência da Comissão Setorial do Concurso, poderão ser utilizadas salas para maior número de candidatos, desde que o número de fiscais seja proporcional ao acréscimo de candidatos alocados.

PARÁGRAFO SETENTA E NOVE - As salas deverão ser arejadas e ter somente 1 (um) acesso.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

PARÁGRAFO OITENTA - As carteiras deverão ser próprias para adultos e distribuídas de maneira a garantir uma distância considerada razoável entre as mesmas, conforme a necessidade definida pela organizadora.

PARÁGRAFO OITENTA E UM- Os locais de prova deverão ser preparados, preferencialmente, ou como definir a organizadora, no dia anterior à sua realização, quanto à distribuição das carteiras, sinalização interna do prédio, restando para o dia de aplicação das provas, o mapa de distribuição dos candidatos e a sinalização externa.

PARÁGRAFO OITENTA E DOIS - Durante todo o período de aplicação das provas, as instalações deverão ser mantidas limpas, asseadas e em boas condições de uso.

Dos Recursos

PARÁGRAFO OITENTA E TRÊS - Serão interpostos recursos, em qualquer fase do concurso no prazo de 02 (dois) dias úteis a contar da divulgação do evento.

PARÁGRAFO OITENTA E QUATRO - A Instituição organizadora deverá disponibilizar sistema de elaboração de recursos pela internet, fornecimento de número de protocolo e possibilidade de impressão, assim como o salvamento em arquivo magnético do respectivo comprovante.

PARÁGRAFO OITENTA E CINCO - No processamento de recursos, fica vedada qualquer limitação ao exercício da ampla defesa atinente ao número máximo de caracteres, palavras, linhas ou páginas.

PARÁGRAFO OITENTA E SEIS - O profissional responsável pela elaboração da questão ou pelo gabarito oficial, objetos do recurso, poderá julgar o recurso interposto.

PARÁGRAFO OITENTA E SETE - A análise dos recursos será fundamentada pela Banca e em razão do prazo, a Contratada autorizará a sua divulgação.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

Responsabilidade da CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não obstante a Instituição ser o único responsável pela entrega do objeto ou prestação de serviço, a Administração se reserva no direito de exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre o fornecimento ou prestação de serviço, nos termos da legislação aplicável.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A Instituição será responsável pelos comprovados danos causados diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução de suas obrigações previstas no contrato, desde que dado causa e não excluirá nem reduzirá essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Administração.

Comunicação

PARÁGRAFO TERCEIRO - As comunicações entre o órgão ou entidade e a Instituição serão realizadas por escrito, realizadas pelo Gestor do Contrato, ou seu respectivo substituto, formalmente designado.

Reunião inicial do contrato

PARÁGRAFO QUARTO - Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da Instituição para reunião inicial online para apresentação do Plano de Gestão do Contrato, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução Instituição, quando houver, do método

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Registro de Ocorrências

PARÁGRAFO QUINTO - Serão registradas todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

Verificação da manutenção das condições de habilitação da Instituição

PARÁGRAFO DOZE - A Instituição deverá manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições exigidas para a habilitação para a qualificação, na contratação direta.

PARÁGRAFO TREZE - Constatando-se a situação de irregularidade Instituição, o Gestor deverá notificar a Instituição para que, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, por motivo justo e a critério da Administração.

PARÁGRAFO QUATORZE - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual por meio de processo administrativo, assegurado Instituição o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO QUINZE - Havendo a efetiva execução do objeto durante o prazo concedido para a regularização, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato.

Recebimento do objeto

PARÁGRAFO DEZESSEIS - O responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato realizará o recebimento provisório dos serviços no início da vigência contratual e no início de cada mês subsequente à prestação dos serviços. Esse procedimento será formalizado por meio de um termo detalhado, no qual será verificado o cumprimento das exigências técnicas estabelecidas no contrato, conforme o art. 140, inciso I, alínea "a", da Lei Federal nº 14.133/21.

PARÁGRAFO DEZESSETE - No prazo de 90 (noventa) dias após o recebimento provisório dos serviços e de 05 (cinco) dias após o recebimento provisório mensal dos serviços prestados no mês anterior, o Fiscal do Contrato realizará o recebimento definitivo. Esse procedimento será formalizado por meio de um termo detalhado que comprove o atendimento integral das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso I, alínea "b", da Lei Federal nº 14.133/21.

Prazo para correção de defeitos

PARÁGRAFO DEZOITO - Os serviços poderão ser rejeitados, total ou parcialmente, a qualquer momento, inclusive antes do recebimento provisório, caso estejam em desacordo com as especificações do Termo de Referência e da Proposta Técnica nº 54A/2026. Nessa hipótese, a CONTRATADA deverá providenciar a correção no prazo de até 05 dias, contado a partir da notificação, às suas expensas, sem prejuízo da aplicação das penalidades cabíveis.

CLÁUSULA OITAVA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

PARÁGRAFO PRIMEIRO - São obrigações da CONTRATADA:

1) Receber visita técnica da Comissão Setorial do Concurso, para verificação da capacidade técnico-operacional, antes da assinatura do contrato;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

2) Providenciar, no prazo de 05 (cinco) dias úteis seguintes ao comunicado oficial da Contratante, as assinaturas no instrumento de contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas;

3) Iniciar os procedimentos de realização do concurso imediatamente após a assinatura do contrato;

4) Submeter à apreciação da Comissão Setorial do Concurso, para aprovação e autorização, em até 10 (dez) dias úteis, após a data de assinatura do contrato:
   a) Planejamento preliminar detalhado especificando todos os procedimentos a serem adotados para a execução do concurso e os responsáveis pela instauração e condução destes;
   b) Cronograma discriminando todos os prazos em que as fases do concurso devem ser executadas;
   c) Submeter à apreciação da COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, em até 15 (quinze) dias corridos após a data da assinatura do Contrato, a proposta de Edital de Abertura;
   d) Quaisquer alterações no cronograma e no planejamento apresentado dependerão de prévia e expressa aprovação da COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO;
   e) Solicitar previamente a autorização da COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO para as divulgações e os comunicados que se fizerem necessários à execução do Concurso;
   f) Informar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, o nome, a identificação pessoal e as qualificações técnicas do Coordenador Geral do Concurso, que será o responsável pela execução do contrato, bem como as informações de seu substituto;
   g) Encaminhar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas da data das provas presenciais, a relação com os nomes dos Coordenadores que atuarão os locais de prova, e a função a ser exercida por eles;

5) Elaborar os Editais e Comunicados pertinentes aos Concursos Públicos, não se responsabilizando pelas informações referentes aos cargos e vagas oferecidas e restringindo a sua colaboração ao fornecimento de informações de caráter técnico, como normas sobre prestação e aplicação das correspondentes provas, características das provas, critérios de julgamento e de classificação de candidatos;

6) Coletar as grafias de todos os candidatos nas fases de provas presenciais, desde que legalmente necessárias;

7) Comunicar às polícias locais, com antecedência mínima de 05 (cinco) dias, os locais e horários de realização das provas presenciais;

8) Tomar as providências necessárias junto às Empresas de Energia Elétrica, Abastecimento de Água, Transporte Público, Trânsito e Segurança Pública na cidade de São Luís, para que os respectivos serviços sejam mantidos nos dias de aplicação das provas;

9) Garantir absoluto sigilo e segurança em todas as fases do concurso, desde a assinatura do contrato até a publicação da Homologação do Resultado Final;

10) Responsabilizar-se pela publicidade do concurso, utilizando-se de todos os meios de comunicação necessários e previstos em Proposta;

11) Responsabilizar-se pela divulgação do extrato do edital em jornal de grande circulação, no Estado do Maranhão, de acordo coma formatação, dimensão e programação definidas pela CONTRATADA;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

12) Responsabilizar-se, exclusivamente, pela produção de material de divulgação submetendo-o à prévia aprovação da COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO;

13) Encaminhar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, para aprovação, quando for utilizar material de divulgação produzido para distribuição;

14) Providenciar todos os recursos materiais, humanos e instalações físicas necessárias à realização das atividades sob sua responsabilidade, em cada uma das fases estabelecidas neste Termo;

15) Responder por quaisquer danos ou prejuízos provenientes da execução irregular do contrato, correndo às expensas da Contratada as correspondentes despesas, no todo ou em parte, de serviços em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, durante ou após a sua prestação;

16) Responsabilizar-se pelo serviço de atendimento médico aos candidatos, nos termos da Proposta Técnica nº 54A/2026, bem como o transporte para os locais de atendimento de urgência e emergência, quando necessário;

17) Responsabilizar-se, nos termos da Proposta Técnica nº 54A/2026:
    a) Pelo ensalamento dos candidatos, empacotamento das provas, distribuição aos locais de aplicação das provas, produção das imagens dos cartões respostas, processamento e apuração dos resultados;
    b) Pelo fornecimento de todo o material de apoio aos candidatos, aos locais de aplicação de prova;
    c) Pela aplicação das provas do concurso, relativamente por todos os recursos envolvidos: humanos, logísticos, financeiros, etc.

18) Selecionar, contratar, treinar e remunerar os fiscais para atuarem na aplicação das provas do concurso, em conformidade com a função a ser exercida;

19) Responder por quaisquer ônus, despesas e obrigações de natureza trabalhista, previdenciária, fiscal, acidentária e os demais custos diretos e indiretos, assim como por encargos relativos à alimentação, transporte e outros benefícios de qualquer natureza, decorrentes da relação de emprego do pessoal que venha a ser contratado para a execução de serviços incluídos no objeto do contrato, tais como: transporte de material, envio de comunicados e outros custos inerentes à realização das atividades pertinentes à execução das fases de sua responsabilidade no concurso público;

20) Providenciar transporte para seus representantes de São Paulo - SP às cidades relacionadas no item 5 da Proposta Técnica nº 54A/2026 e retorno, para aplicação das Provas Objetivas, Discursivas e Oral;

21) Arcar com as despesas de estada de seus representantes nas cidades relacionadas no item 5 da Proposta Técnica nº 54A/2026, durante os trabalhos de aplicação das Provas Objetivas, Discursivas e Oral;

22) Providenciar, nos termos da Proposta Técnica nº 54A/2026, locais, materiais e equipamentos específicos, adequados para elaboração, impressão, guarda, correção e aplicação das provas, obedecendo às normas de segurança exigidas;

23) Apresentar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO um planejamento detalhado de execução de todas as etapas do concurso, em até 10 dias antes da realização das provas, abrangendo: treinamento da equipe de apoio; plano de aplicação de provas; plano de segurança nos locais de aplicação de provas;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

manuseio das provas, desde a elaboração e revisão de questões, impressão dos cadernos de provas, embalagem, transporte e guarda dos materiais, bem como o esquema de segurança envolvido;

24) Filmar os ambientes nos quais forem desenvolvidas quaisquer atividades de impressão e manuseio das provas, desde o início da impressão, inclusive o empacotamento, embalagem, numeração e controle dos lacres e disponibilizar para os órgãos de controle interno e externo, do Estado do Maranhão, quando solicitado, os arquivos serão enviados via HD externo, pelos correios, ou serão disponibilizados por uma área segura de FTP, SSH ou FTPS, em até 10 (dez) dias uteis após a solicitação, nos moldes da legislação em vigor;

25) Providenciar para a Banca Examinadora o material didático necessário ao desempenho de suas atividades;

26) Manter sob sua guarda o lixo de elaboração e impressão das provas até a aplicação das provas, podendo, após esse período, fragmentá-lo e descartá-lo, observados os procedimentos de segurança e sigilo do projeto;

27) Responsabilizar-se pela elaboração, impressão, empacotamento, armazenamento, guarda, transporte e correção das provas e das folhas de respostas, garantindo a sua inviolabilidade e restringindo o acesso a esse material somente aos funcionários envolvidos diretamente no concurso;

28) Encaminhar para a COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, com antecedência mínima de 12 (doze) horas, todos os editais a serem divulgados na página do concurso, e com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas aqueles de publicação no Diário Oficial do Estado do Maranhão, para aprovação das autoridades competentes;

29) Responsabilizar-se pela manutenção do sítio oficial do concurso durante a realização do concurso e enquanto perdurarem as publicações decorrentes de decisões judiciais;

30) Manter no site oficial as informações divulgadas durante o prazo de validade do concurso;

31) Disponibilizar no sítio oficial do concurso, consulta individual às informações de interesse do candidato, disponibilizando a imagem dos cartões;

32) Utilizar sistema próprio de processamento eletrônico para realizar as inscrições e para compor o cadastro geral de candidatos inscritos e as demais atividades relacionadas à produção;

33) Gerenciar o recebimento dos pedidos de inscrição por meio de senha de acesso aos dados;

34) Manter uma Central de Atendimento ao candidato, por meio de canais eletrônicos e/ou telefônicos, para:
    a) Sanar as dúvidas dos candidatos em tempo hábil, de forma a não comprometer a participação destes no concurso;
    b) Solucionar problemas relativos à sua inscrição;
    c) Prestar informações gerais de interesse do candidato.
35) Receber e julgar os pedidos de isenção de pagamento das taxas de inscrição, nos termos da legislação específica;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

36) Os pedidos de isenção deverão ser recebidos e conferidos pela Contratada ou encaminhados para análise do órgão gestor do CadÚnico (caso o candidato esteja amparado nesta condição);

37) Receber as solicitações de condições especiais para fazer as provas, deferi-las ou indeferi-las, obedecendo aos critérios de legalidade, viabilidade e razoabilidade:
    a) Receber o laudo médico dos candidatos com deficiência, deferir ou indeferir as inscrições nas vagas reservadas, verificando a conformidade com o estabelecido no Edital de Abertura;
    b) Criar campo na ficha de inscrição para que o candidato possa solicitar a condição especial necessária;
    c) Providenciar os recursos necessários ao atendimento das condições especiais deferidas;

38) Receber, apreciar e proferir decisão aos recursos porventura interpostos, no que lhe compete;

39) Garantir a possibilidade de atualização de endereço e contatos dos candidatos durante o período de desenvolvimento das atividades do concurso;

40) Enviar à Comissão Setorial de Concurso, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias antes da divulgação, lista com o nome e o endereço dos locais estabelecidos para a realização das fases do concurso:
    a) Confirmar os locais de provas somente após a homologação pela Comissão Setorial do Concurso.

41) Divulgar os resultados das fases e os editais de convocação dos candidatos para as fases subsequentes, conforme cronograma:
    a) Enviar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, em formato online, em até 15 (quinze) dias úteis após a publicação do Resultado Final, o arquivo digital do cadastro geral dos inscritos, contendo o histórico da participação dos candidatos, desde a inscrição até a publicação da Homologação do Resultado Final;
    b) Guardar, por pelo menos 06 meses após a aplicação das provas objetivas, as folhas de respostas contendo as grafias dos candidatos colhidas na ocasião da realização das provas, se houver a coleta no dia da aplicação das mesmas;
    c) Encaminhar à COMISSÃO SETORIAL DO CONCURSO, em até 90 (noventa) dias úteis após a publicação da Homologação do Resultado Final, relatório final digital, com identificação do concurso e do volume, contendo:
        - Todos os documentos impressos: cartazes, editais, correspondências, provas, gabaritos, releases, dados estatísticos e resultados;
        - Relatórios previstos na Proposta Técnica da Contratada;
        - O fornecimento de outros relatórios, diferentes dos relacionados, dependerá da verificação de sua exequibilidade e dos prazos necessários. Neste caso, a Contratante enviará à Contratada o layout e a especificação detalhada do relatório desejado para que seja analisada sua viabilidade e os prazos necessários para execução.

42) Executar todas as atividades pertinentes à realização do concurso, conforme descrito na Proposta Técnica nº 54A/2026, que estejam sob a sua responsabilidade diretamente, vedada a terceirização ou a subcontratação;

43) Informar à Comissão Setorial do Concurso, todas as atividades em andamento para deliberação e/ou participação;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

44) Providenciar nas cidades relacionadas no item 5 da Proposta Técnica nº 54A/2026, local para aplicação das Provas Objetivas, Discursivas e Oral, observados os seus próprios parâmetros e quantitativos;

45) Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o objeto do contrato;

46) A CONTRATADA poderá, eventualmente, na sua conveniência operacional, e sem prejuízo da qualidade e segurança do processo, transferir as obrigações decorrentes do objeto do contrato, no que tange as atividades abaixo relacionadas que poderão ser executadas por empresas especializadas:
    a) Lanche para o pessoal envolvido na aplicação (fiscal, pessoal de apoio, coordenador...);
    b) Transporte local para os coordenadores;
    c) Despacho aéreo das provas;
    d) Mídia e publicidade para divulgação do concurso público;
    e) Contratação de ambulâncias;
    f) Gravação em áudio da Prova Oral;
    g) Exame grafotécnico.

47) Manter os arquivos de filmagem de que trata o Termo de Referência em sua integralidade, em sequência cronológica, em até 02 (dois) anos após a homologação de cada Concurso Público;

48) Oferecer todas as condições necessárias ao trabalho de fiscalização do concurso, aos membros da Comissão e representantes da Secretaria de Estado da Administração, designados para acompanhar as fases em execução;

49) Realizar os concursos com todos os procedimentos estabelecidos na Proposta Técnica nº 54A/2026 e/ou no contrato, adotando as boas práticas aplicáveis em concursos públicos e sempre respeitando todos os direitos dos candidatos;

50) Manter durante toda a execução do contrato e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, conforme determinação do art. 92, inciso XVI, da Lei Federal nº 14.133/21;

51) Guardar as folhas de frequência, as folhas de respostas de todos os candidatos pelo prazo de validade do concurso contando a partir da homologação do resultado final do concurso, em ambiente próprio. Os modelos dos diferentes tipos de Cadernos de Questões são guardados permanentemente. Após o prazo, caso não existam ações judiciais referentes ao certame, o material relativo às folhas de resposta dos candidatos será encaminhado para que fique sob a responsabilidade da Secretaria de Estado da Administração, aos cuidados da Secretaria Adjunta de Gestão de Pessoas - SAGEP, para o seguinte endereço Avenida Jerônimo de Albuquerque, Edifício Clodomir Millet, s/nº, 5° andar, Calhau – São Luís/MA, CEP nº 65074-220;

52) Receber e conferir toda a documentação, de acordo com o edital, relativa à fase de Avaliação de Títulos, para os cargos em que haverá previsão;

53) Apresentar planilha com a base de dados cadastrais logo após a finalização do período de inscrições;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

54) Os arquivos deverão ser editáveis e em PDF, e serão encaminhados, obrigatoriamente, logo após a divulgação de cada etapa/fase do certame;

55) Sempre que houver retificações dos resultados, os arquivos relativos ao subitem anterior deverão ser automaticamente atualizados;

56) Providenciar em São Luís-MA, local e equipamentos necessários para aplicação da Prova Oral, arcando com eventuais despesas;

57) Auxiliar a CONTRATANTE quanto à disponibilização do áudio da Prova Oral, conforme estabelecido no item 2.5.3.1. da Proposta Técnica nº 54A/2026;

58) Receber e analisar os recursos interpostos pelos candidatos, de acordo com o item 2.14 da Proposta Técnica nº 54A/2026 e procedimentos a serem definidos no Edital de Abertura das Inscrições;

59) Dar conhecimento aos candidatos das decisões dos recursos por meio do site da CONTRATADA;

60) Responsabilizar-se pela atuação das Comissões de Heteroidentificação e Recursais destinadas a confirmar a veracidade das informações prestadas pelos candidatos autodeclarados negros aprovados e habilitados no Concurso Público, nos limites dos quantitativos definidos no subitem 2.2.4.1. Proposta Técnica nº 54A/2026, a serem realizadas na cidade de São Luís-MA;

61) Providenciar oficina na modalidade on-line, a ser ministrada aos integrantes das Comissões de Heteroidentificação e Comissões Recursais nomeadas pelo CONTRATADA, nos termos da Proposta Técnica nº 54A/2026;

62) Fornecer à CONTRATANTE formulário específico, para que, no ato da posse, seja afixada uma foto 3x4 do candidato, como também, colhidas as assinaturas e a transcrição de uma frase;

63) Emitir Laudo Técnico, validando a identidade dos candidatos que foram convocados para a posse, com base no resultado emitido por exame grafotécnico. Este exame utiliza-se da cópia manuscrita de frase que consta das instruções da capa do Caderno de Prova e, da frase transcrita no formulário específico no momento do recebimento do material para a posse. O prazo para a validação será de até 30 (trinta) dias, contados da data do recebimento do material para contraprova;

64) Apresentar relatórios conforme solicitação da Comissão Setorial do Concurso, no prazo por ela estabelecido;

65) Fornecer para a Secretaria de Estado da Administração - SEAD após a conclusão dos certames e previamente à publicação do Resultado Final, por meio de disponibilização em portal eletrônico oficial do CONTRATANTE, arquivo digital único no formato CSV, conforme layout previamente a ser definido, contendo os dados de todos os candidatos inscritos no Concurso Público, incluindo classificados, desclassificados, eliminados, sub judice, cadastro reserva e demais situações previstas no certame;

66) Deverá ser encaminhado, adicionalmente, documento oficial contendo a relação dos candidatos convocados inicialmente, organizada por cargo, especialidade e lotação, conforme modelo definido pelo CONTRATANTE;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

67) Encaminhar, em formato digital estruturado, as folhas de frequência, as folhas de respostas dos candidatos, após processamento dos resultados;

68) Encaminhar, estatística (inscritos, aprovados, reprovados, etc.) de todas as etapas do Concurso Público e do resultado final do certame, previamente à publicação destes;

69) O descumprimento do padrão oficial estabelecido implicará rejeição da entrega, sendo considerada não cumprida a obrigação até sua regularização;

70) Na execução dos serviços, a CONTRATADA deverá:
   a) Considerar e atender as recomendações/requisitos/critérios de sustentabilidade ambiental, no que couber a este objeto, estabelecidos no art. 6° e seus incisos da Instrução Normativa n° 01, de 19/01/2010, da Secretaria de Logística e Tecnologia de Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - IN/SLTI/MPOG;
   b) Atender as normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei n° 4.150/62, bem como outras similares e vigentes, objetivando aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais e produtos adquiridos.

   c) A CONTRATADA, ciente de sua responsabilidade socioambiental, promove ações voltadas para sustentabilidade, tais como a disponibilização de:
      I. Ecoponto: local destinado à coleta de óleo saturado para que o descarte ocorra de forma correta. É destinado à reciclagem como fabricação de sabão, tintas e até mesmo combustível. Em troca, a empresa responsável pela coleta fornece à Contratada os materiais de limpeza, como pastas de sabão e galões de água sanitária;
      II. Papa pilhas: pontos de coleta para descarte de pilhas, baterias, carregadores e celulares usados;
      III. Caçamba de papéis: local destinado a descarte de papéis e papelões. O material descartado é retirado por empresa que processa e efetua a devida reciclagem;
      IV. Coleta de tampas de garrafas e de lacres de latas: ponto de coleta para descarte de tampas de garrafas e de lacres de latas.

Dos candidatos em condição sub judice

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATADA se responsabilizará, durante e após a conclusão do concurso, de forma integral e sem limites, por eventual inclusão de candidatos sub judice nas etapas/fases de sua responsabilidade, quando essa inclusão decorrer de falha na execução do serviço imputada exclusivamente à CONTRATADA, resguardados os princípios do contraditório e da ampla defesa.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Os candidatos sub judice deverão constar em todas as divulgações realizadas, mantendo-se a condição sub judice.

PARÁGRAFO QUARTO - Todas as convocações, resultados provisórios e definitivos das fases, retificações, inclusões e outras formas de cumprimento de decisões judiciais deverão ser publicadas no site oficial do concurso após a validação pela Comissão de Concurso.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

PARÁGRAFO QUINTO - Após a publicação do Resultado Final do concurso, em caso de ação judicial contra o Estado, a CONTRATADA será responsável, quando possível, pelo cumprimento das determinações a ela relacionadas, devendo observar e seguir rigorosamente os prazos estabelecidos.

PARÁGRAFO SEXTO - Pedidos de esclarecimentos, comprovação de documentos, revisão de pontuação, dentre outros que forem enviados após o encerramento do prazo contratual, referentes aos candidatos sub judice, devem ser disponibilizados pela CONTRATADA por prazo indeterminado, observando-se os prazos prescricionais e decadenciais previstos na legislação brasileira, bem como a pertinência e possibilidade de cada pedido.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São obrigações da CONTRATANTE:

1) Coordenar, acompanhar e supervisionar a execução das atividades do concurso, garantindo a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, economicidade e transparência;

2) Realizar todos os atos necessários à contratação da Instituição, que realizará as atividades pertinentes à execução do certame;

3) Publicar no DOE/MA o Edital de Abertura, o Resultado Final do Concurso e seus respectivos editais de retificação, se houver, assim como os esclarecimentos ao conteúdo do edital, os editais posteriores, os resultados preliminares e os definitivos de cada etapa, as convocações dos candidatos, os gabaritos, os resultados dos julgamentos de impugnação e os recursos;

4) Abster-se de elaborar e/ou divulgar editais, comunicados, formulários, cadastros e listagens sem a expressa anuência de ambas as partes, sob pena de ser considerada sem efeito a publicação realizada sem a validação da CONTRATADA;

5) Publicar no DOE/MA todos os documentos que forem solicitados pela Contratada, sempre que houver necessidade de sua publicação;

6) Participar e fiscalizar as atividades relativas ao certame;

7) Subsidiar a CONTRATADA com informações necessárias à realização do certame;

8) Responsabilizar-se pela concessão de entrevistas e informações à mídia;

9) Manter link no site da Secretaria de Estado da Administração – SEAD para acesso direto à página oficial do concurso, durante o período que compreende a divulgação do Edital de Abertura até a publicação da Homologação do Resultado Final;

10) Após a aprovação da Comissão de Concurso, assinar o Edital de Abertura do Concurso;

11) Gerenciar os recursos arrecadados com as taxas de inscrição, depositados na conta do Tesouro Estadual;

12) Supervisionar e fiscalizar todas as fases do Concurso;

13) Publicar no DOE/MA a Homologação do Resultado Final do Concurso;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

14) Efetuar o pagamento à CONTRATADA, conforme cronograma de desembolso estabelecido para os concursos, conforme a Proposta Técnica nº 54A/2026 e cláusula décima terceira do presente contrato;

15) Viabilizar a instalação do programa de captura dos dados do arquivo retorno e a compatibilidade entre os sistemas de inscrição e bancário;

16) Avaliar o concurso com ênfase no desempenho da CONTRATADA;

17) Fornecer todas as informações necessárias à realização do concurso público, tais como a legislação pertinente, número de vagas, assim como outras informações relevantes;

18) Responsabilizar-se pelo envio das informações, bem como pela validação do documento de arrecadação, que deverá conter o nome do cliente; o CNPJ; o número e o nome do banco envolvido na transação financeira; o número e o nome da agência bancária; o número da conta bancária para o recebimento das taxas de inscrição; o número de convênio com o banco, com seis dígitos; o número de telefone e o nome do técnico responsável no banco;

19) Auxiliar a CONTRATADA na elaboração de todos os Editais e comunicados pertinentes ao Concurso Público;

20) Enviar para a CONTRATADA todos os pagamentos que apresentarem quaisquer problemas durante o processamento bancário, até o primeiro dia útil após o término do período regular previsto para o pagamento da (s) taxa (s) de inscrição;

21) Encaminhar, por meio de e-mail, a confirmação de conclusão de envio dos arquivos de pagamento das taxas de inscrição e quantitativo final de inscrições efetivadas. O referido e-mail deverá ser encaminhado, no máximo, 2 (dois) dias após a Contratada enviar o relatório final das inscrições efetivadas. Ressalte-se que a inobservância do prazo mencionado comprometerá todo cronograma de execução do concurso, em especial, a data de aplicação das provas;

22) Arcar com o ônus, referente às isenções e aos subsídios de taxas deferidas por motivos legais, judiciais ou administrativas;

23) Responsabilizar-se por avaliar os candidatos com deficiência, aprovados e habilitados no Concurso Público de acordo com a legislação vigente;

24) Responsabilizar-se pela avaliação, durante o estágio probatório, da compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência dos candidatos, de acordo com a legislação vigente;

25) Comunicar-se com a Contratada, por meio de ofício, podendo o seu envio ser antecipado via endereço eletrônico;

26) Assumir o ônus por eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivadores, extrajudicial ou judicial, forem imputados, exclusivamente, à CONTRATANTE;

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

27) Responsabilizar-se, no momento do recebimento dos documentos para posse ela afixação de uma foto 3x4 do candidato, suas assinaturas e a transcrição de uma frase no formulário fornecido pela CONTRATADA;

28) Emitir o Atestado de Capacidade Técnica em nome da CONTRATADA, com a descrição detalhada de todos os serviços prestados, em modelo a ser encaminhado pela CONTRATADA;

29) O ônus decorrente de eventual reaplicação de prova, quando os fatos motivados não forem imputados a nenhuma das partes, serão pactuados entre as partes, no momento oportuno, conforme o caso concreto, verificadas as despesas realizadas pela CONTRATADA, não sendo devido, em qualquer hipótese, o ônus integral da reaplicação para a CONTRATADA;

30) Fornecer à CONTRATADA, atestado de capacidade técnica referente à execução do objeto deste contrato;

31) Homologar o resultado final do concurso.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O órgão ou entidade poderá convocar representante da Instituição para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

Gestão e fiscalização do contrato

PARÁGRAFO TERCEIRO - O contrato será acompanhado pelo Gestor e Fiscal do Contrato, ou seus respectivos substitutos, formalmente designados, responsáveis pela fiscalização, acompanhamento e verificação da perfeita execução contratual, em todas as fases até a finalização do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO - O Gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato e será responsável pela comunicação com representantes da Instituição, coordenando as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial, aos atos preparatórios à instrução processual e encaminhará a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos relativos à alteração, prorrogação ou rescisão contratual ou para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

PARÁGRAFO QUINTO - A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

Fiscalização Técnica

PARÁGRAFO SEXTO - O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI).

PARÁGRAFO SÉTIMO - O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II).

PARÁGRAFO OITAVO - Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III).

PARÁGRAFO NONO - O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV).

PARÁGRAFO DEZ - No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V).

PARÁGRAFO ONZE - O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

Fiscalização Administrativa

PARÁGRAFO DOZE - O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

PARÁGRAFO TREZE - Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

Gestor do Contrato

PARÁGRAFO QUATORZE - O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

PARÁGRAFO QUINZE - O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).

PARÁGRAFO DEZESSEIS - O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).

PARÁGRAFO DEZESSETE - O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).

PARÁGRAFO DEZOITO - O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).

PARÁGRAFO DEZENOVE - O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).

PARÁGRAFO VINTE - O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO

A fiscalização da execução do concurso será de responsabilidade dos membros da Comissão Setorial do Concurso.

PARÁGRAFO ÚNICO - Para exercerem a atividade de fiscalizar, os membros da Comissão terão acesso a qualquer dependência onde estiverem sendo desenvolvidas as atividades relativas ao certame, observando as normas de segurança praticadas pela Contratada e o sigilo das atividades em andamento, observando o prévio agendamento da visita.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

Recebida a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) dias úteis para fins de atesto da execução do objeto.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, o prazo para atesto ou liquidação ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à Administração.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Nenhum pagamento será efetuado a CONTRATADA enquanto perdurar pendência na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente.

PARÁGRAFO TERCEIRO - O prazo de atesto da execução do objeto será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021.

PARÁGRAFO QUARTO - A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado – CADFOR.

PARÁGRAFO QUINTO - A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, nos termos dos arts. 62 a 70 da Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, poderá ser substituída pelo Certificado de Registro Cadastral – CRC, do Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

Maranhão – CADFOR.

PARÁGRAFO SEXTO – Se a CONTRATADA estiver em situação de irregularidade junto ao CADFOR deverá entregar juntamente com a nota fiscal ou documento de cobrança equivalente, os documentos que porventura estiverem vencidos para fins de atualização pelo CADFOR.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A equipe de fiscalização do contrato realizará consulta ao CADFOR, bem como no Cadastro de Inadimplentes – CADIN estadual, para verificar a manutenção das condições de habilitação.

PARÁGRAFO OITAVO - Caso seja constatado que a CONTRATADA esteja em situação de irregularidade perante o CADFOR, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhar ao Gestor do Contrato os documentos que porventura estiverem vencidos, ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

PARÁGRAFO NONO - Caso seja constatado que a CONTRATADA esteja em situação de irregularidade perante o CADIN estadual, este será notificado por escrito para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularizar sua situação ou, no mesmo prazo, apresentar sua defesa.

PARÁGRAFO DEZ - Os prazos referidos neste parágrafo poderão ser prorrogados uma vez, por igual período, a critério da Administração.

PARÁGRAFO ONZE - Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a Administração comunicará à Procuradoria Geral do Estado a inadimplência da CONTRATADA.

PARÁGRAFO DOZE - Persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão dos contratos em execução, assegurado o contraditório e a ampla defesa, por meio de processo administrativo a ser instaurado.

PARÁGRAFO TREZE - Se a CONTRATADA não regularizar sua situação no CADFOR e/ou no CADIN, e havendo a efetiva prestação dos serviços ou o fornecimento dos bens, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão contratual, salvo nas hipóteses em que houver indícios das infrações administrativas previstas na Lei federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, caso em que a retenção dos créditos não excederá o limite dos prejuízos causados à Administração.

PARÁGRAFO QUATORZE - O Gestor do Contrato deverá disponibilizar a nota fiscal, com seu respectivo atesto, ao setor financeiro, em até 5 (cinco) dias após o atesto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO PRAZO DE PAGAMENTO

O desembolso financeiro será feito em parcelas, de acordo com o andamento da execução do certame, conforme abaixo:

ETAPA	PERCENTUAL
Após o fechamento do cadastro do certame;	40%
Após o encerramento da aplicação das provas objetivas do certame; e	40%
Após a entrega dos Resultados Finais.	20%

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

PARÁGRAFO PRIMEIRO - O pagamento dos serviços atribuídos à contratada será realizado em 03 (três) parcelas, para cada Concurso (I, II, III e IV), de acordo com o estabelecido abaixo:

a) A 1ª parcela correspondente a 40% (quarenta por cento) do preço (valor global inicial do referido Concurso), a ser paga até 10 (dez) dias após a data de fechamento do cadastro de inscritos no Concurso. Na hipótese de inclusão de candidatos no dia da aplicação das provas em virtude do não recebimento da inscrição por motivos de ordem técnica, falhas de comunicação, bem como outros fatores que impossibilitem a transferência de dados, a diferença do número de inscritos após o fechamento do cadastro será paga na terceira parcela;
b) A 2ª parcela correspondente a 40% (quarenta por cento) do preço (valor global inicial do referido Concurso), a ser paga até 10 (dez) dias após a aplicação das Provas Objetivas;
c) A 3ª parcela correspondente a 20% (vinte por cento) do preço (valor global inicial do referido Concurso), acrescida dos candidatos excedentes, caso haja, bem como acrescida, dos candidatos incluídos no dia da aplicação das Provas Objetivas, caso haja, a ser paga até 10 (dez) dias após a entrega dos Resultados Finais.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Na hipótese de que a CONTRATANTE não efetue à CONTRATADA o pagamento das parcelas nas épocas e nos termos previstos no parágrafo primeiro desta cláusula, serão devidos à CONTRATADA, juros de mora de 12% (doze por cento) ao ano calculados pro rata die e multa de 20% (vinte por cento) calculados sobre o valor da parcela e/ou parcelas vencidas.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Na hipótese de que a CONTRATANTE cancele a aplicação das provas objeto do contrato, seja qual for o motivo, inclusive por razões sanitárias graves e pandêmicas, a CONTRATADA deverá ser ressarcida das despesas que comprovadamente tiver realizado, devendo a CONTRATANTE ressarcir tais despesas após regular apuração.

PARÁGRAFO QUARTO - O pagamento de cada etapa será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias consecutivos, contados a partir da emissão do Termo de Recebimento Definitivo e ateste da Nota Fiscal, em moeda corrente nacional, por meio de Ordem Bancária para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CONTRATADA, de acordo com as normas administrativas e financeiras em vigor.

PARÁGRAFO QUINTO - O processo de pagamento deverá instruído com cópia da Nota Fiscal/Fatura apresentada pela CONTRATADA, acompanhadas dos seguintes documentos:

a) Certidão Negativa Débitos relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
b) Certidão de Regularidade do FGTS;
c) Certidão Negativa de Débito Fiscais junto à Fazenda Estadual;
d) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Estadual;
e) Certidão Negativa de Débitos Fiscais junto à Fazenda Municipal (ISSQN e TLVF);
f) Certidão Negativa de Inscrição de Débitos na Dívida Ativa, junto à Fazenda Municipal;
g) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
h) Certidão Negativa de Débitos CAEMA, caso a CONTRATADA tenha endereço no Estado do Maranhão, conforme estabelece o Decreto Estadual nº 21.178/2005.

PARÁGRAFO SEXTO - Cada Nota Fiscal/Fatura será conferida e atestada pelo Gestor do Contrato responsável pelo recebimento definitivo dos serviços, que também deverá conferir toda a documentação constante no item anterior.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A nota Fiscal/Fatura com defeitos ou vícios, ou ainda aquela que não cumprir com a legislação vigente, deverá ser retificada / substituída/ complementada, sendo que o prazo de pagamento reiniciará

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

após a regularização, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO OITAVO - A Nota Fiscal/Fatura deverá ser emitida com o número do Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ).

PARÁGRAFO NONO - Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou nos documentos pertinentes à regularidade fiscal e trabalhista, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a CONTRATANTE.

PARÁGRAFO DEZ - Constatando-se eventual aplicação de sanções que possam afetar a continuidade deste Contrato, o Gestor do Contrato deverá notificar a CONTRATADA para que apresente manifestação, observado o prazo de até 5 (cinco) dias úteis. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a pedido da CONTRATADA.

PARÁGRAFO ONZE - Após análise jurídica da manifestação, persistindo a irregularidade, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à CONTRATADA a ampla defesa.

PARÁGRAFO DOZE - A realização de pagamentos fica condicionada à consulta prévia ao Cadastro Estadual de Inadimplentes – CEI, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690/1996.

PARÁGRAFO TREZE - A Administração poderá deduzir do montante a pagar os valores correspondentes a multas ou indenizações devidas pela CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

Comete infração administrativa, nos termos da lei, a CONTRATADA que, com dolo ou culpa:

a) Deixar de entregar a documentação exigida e possível de ser entregue ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado, também possível de ser entregue;
b) Apresentar documentação falsa;
c) Comportar-se de modo inidôneo;
d) Cometer fraude fiscal;
e) Fizer declaração falsa;

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções, de acordo com o Art. 156, da Lei nº 14.133/2021:

a) Multa de até 30% (trinta por cento) sobre o valor do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta da CONTRATADA;
b) Impedimento de licitar e de contratar com a Administração Pública e descredenciamento no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;

PARÁGRAFO SEGUNDO - A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Pela inexecução total ou parcial do objeto deste Contrato, a CONTRATANTE poderá, garantida a prévia defesa, aplicar as seguintes sanções:

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

a) Advertência, notificada por meio de ofício, mediante contrarrecibo do representante legal da CONTRATADA, estabelecendo o prazo de 5 (cinco) dias úteis para que apresente justificativas para o atraso, que só serão aceitas mediante crivo da CONTRATANTE;
b) Multa de mora no percentual correspondente a 1% (um por cento) por dia de atraso no cumprimento das obrigações assumidas, incidente sobre o valor dos fornecimentos não realizados, até a data do efetivo adimplemento, observado o limite de 30% (trinta por cento);
c) Suspensão temporária de participação em Licitação e impedimento de contratar com o Estado do Maranhão, pelo prazo de até 2 (dois) anos;

PARÁGRAFO QUARTO - A multa moratória será aplicada a partir do 2º (segundo) dia útil da inadimplência, contado da data definida para o regular cumprimento da obrigação.

PARÁGRAFO QUINTO - Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução do Contrato com a CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEXTO - A aplicação de multa por inexecução do Contrato com a CONTRATADA independe da multa moratória eventualmente aplicada ou em fase de aplicação, sendo aplicada cumulativamente.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Em qualquer hipótese de aplicação de sanções será assegurado à CONTRATADA o contraditório e a ampla defesa.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DO EQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

A CONTRATADA poderá requerer a revisão dos preços por meio de apresentação de planilha de custos e formação de preços, no caso de haver alterações nas características das aplicações, bem como na hipótese de sobrevirem fatos imprevisíveis, ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, ou, ainda, em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual devendo ser aplicada a teoria da imprevisão visando à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato, nos termos do artigo 124, inciso II, alínea “d”, da Lei federal nº 14.133/2021, ON-AGU nº 22/2009 e artigo 37, inciso XXI, da CRFB/88.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO REAJUSTE DO CONTRATO

Os preços serão fixos e irreajustáveis pelo período de **24 (vinte e quatro) meses** contados da data do orçamento estimado. Após este período, será utilizado o IPC-A (IBGE) como índice de reajustamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DOS REQUISITOS DE HABILITAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

Será exigida para a habilitação da Instituição para fins de contratação as documentações de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista, qualificação econômico-financeira, bem qualificação técnica, configurando a suas experiências no desenvolvimento institucional, comprovada através de Atestado de Capacidade Técnica, emitido por ente público e/ou privado, para o qual prestou serviços de natureza similares pautada no Termo de Referência.

Da habilitação jurídica:

a) Ato Constitutivo do Estatuto Social.
b) Ato Constitutivo da Diretoria.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

Da regularidade fiscal:

a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
b) Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02/10/2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;
c) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço FGTS (CRF);
d) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VIIA da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei 5.452, de 1º de maio de 1943;
e) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e municipal, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto ora licitado;
f) Prova de regularidade com as Fazendas Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante;
g) Caso a instituição seja considerada isento dos tributos Estadual/Distrital ou Municipal/Distrital relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

Da qualificação econômico-financeira:

a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
b) A comprovação de boa situação financeira da empresa licitante será demonstrada através de índice financeiro utilizando-se as fórmulas abaixo, cujos resultados deverão estar de acordo com os valores estabelecidos:

$$ILG = \frac{AtivoCirculante + RealizávelaLongoPrazo}{PassivoCirculante + ExigívelaLongoPrazo} \geq 1{,}00$$

$$ILC = \frac{AtivoCirculante}{PassivoCirculante} \geq 1{,}00$$

$$IEG = \frac{PassivoCirculante + Passivonão}{Circulante\ Ativo} \leq 0{,}50$$

- O Índice de Solvência Geral (ISG) expressa o grau de garantia que a empresa dispõe em Ativos (totais), para pagamento do total de suas dívidas. Envolve além dos recursos líquidos, também os permanentes.
- O Índice de Liquidez Geral (ILG) indica quanto a empresa possui em disponibilidades, bens e direitos realizáveis no curso do exercício seguinte para liquidar suas obrigações, com vencimento neste mesmo período.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

- O Índice de Liquidez Corrente (ILC) indica quanto a empresa possui em recursos disponíveis, bens e direitos realizáveis a curto prazo, para fazer face ao total de suas dívidas de curto prazo.
- Para os três índices (ISG, ILG e ILC), o resultado "maior ou igual a 1″ é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto maior o resultado, melhor será a condição da empresa.
- O Índice de Endividamento Geral (IEG) indica a representação da proporção do ativo total que está comprometida para custear o endividamento da empresa com terceiros (passivos exigíveis).
- Para o índice (IEG), o resultado "menor ou igual a 0,5″ é indispensável à comprovação da boa situação financeira, sendo certo que, quanto menor o resultado, melhor será a condição da empresa para custear passivos de terceiros.
- O atendimento aos índices estabelecidos no Termo de Referência, demonstrará uma situação EQUILIBRADA da licitante. Caso contrário, o desatendimento dos índices, revelará uma situação DEFICITÁRIA da empresa, colocando em risco a execução do contrato.
- Se a empresa apresentar resultado menor do que o exigido, dever comprovar, considerados os riscos para a administração, capital mínimo ou patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, de acordo o artigo 69 da lei 14.133/21.
- O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- São definidos como documentos complementares ao balanço patrimonial e necessários à comprovação da qualificação econômico-financeira o termo de abertura e encerramento do livro caixa, demonstração de resultado de exercício e notas explicativas, nos termos do art. 69, I, da lei 14.133/21.

Da qualificação técnica e regularidade profissional:

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA deverá apresentar pelo menos 03 (três) atestados de capacidade técnica, emitidos por pessoa jurídica de direito público, que demonstrem aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Capacidade Técnica-Operacional:

a) A CONTRATADA deverá dispor de sistema informatizado seguro e auditável para todo o processo, incluindo inscrições online, processamento de dados, correção de provas (com leitura óptica, se aplicável), divulgação de resultados e interposição e análise de recursos.
b) Equipe Técnica Qualificada: Comprovar a existência de equipe técnica multidisciplinar, com profissionais de formação e experiência em áreas como Direito (especializado em Direito Administrativo e concursos públicos), Administração, Psicologia (para elaboração e aplicação de avaliações psicológicas, se houver), Pedagogia, e especialistas nas áreas de conhecimento dos cargos a serem providos, garantindo a qualidade técnica dos instrumentos de avaliação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A CONTRATADA disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da CONTRATANTE e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DA CONSULTA AO CEI

A realização de pagamentos e dos eventuais aditamentos a este Contrato feitos em favor da CONTRATADA ficam condicionados à consulta prévia pelo CONTRATANTE ao Cadastro Estadual de Inadimplentes - CEI para verificação da situação da CONTRATADA em relação às obrigações pecuniárias e não pagas, consoante determina o art. 6º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

PARÁGRAFO ÚNICO - Constatada a existência de registro da CONTRATADA no CEI, o CONTRATANTE não realizará os atos previstos nesta Cláusula, por força do disposto no art. 7º da Lei Estadual nº 6.690, de 11 de julho de 1996.

CLÁUSULA VIGÉSIMA – DOS ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Não é considerado acréscimo contratual para fins de aferição do limite de 25% (vinte e cinco por cento) o valor adicional a ser pago em virtude da inscrição de candidatos excedentes à estimativa de inscritos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor atualizado do termo de contrato, desde que não desnature o objetivo do contrato inicial.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Não é considerada supressão contratual para fins de aferição do limite de 25% (vinte e cinco por cento) o número de inscrições aquém do estimado.

CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO CONTRATUAL

Este Contrato pode ser alterado nos casos previstos nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que haja interesse do CONTRATANTE, com a apresentação das devidas justificativas.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos omissos ou situações não previstas no Termo de Referência serão resolvidos pela Administração, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021, do edital e do contrato, resguardados os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Fica vedado à CONTRATADA transferir, no todo ou em parte, o contrato ou suas obrigações, sem prévia e expressa autorização da CONTRATANTE.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA INEXECUÇÃO CONTRATUAL

A inexecução total ou parcial do Contrato enseja a sua rescisão, com as consequências contratuais e as previstas em lei ou regulamento, nos termos do art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA RESCISÃO

Constituem motivos ensejadores da rescisão do presente Contrato, os enumerados no artigo 137, da Lei Federal nº 14.133/2021, e ocorrerá nos termos do art. 138, do mesmo diploma legal.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do Processo, assegurado o contraditório e a ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A rescisão por descumprimento das cláusulas contratuais acarretará a retenção dos créditos decorrentes do Contrato, até o limite dos prejuízos causados ao CONTRATANTE, além das sanções previstas neste instrumento.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A rescisão contratual poderá ocorrer a depender da gravidade da infração cometida pela CONTRATADA, tendo como parâmetro o disposto no instrumento convocatório ou no contrato, e nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021.

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DAS COMUNICAÇÕES

Qualquer comunicação entre as partes a respeito do presente Contrato, só produzirá efeitos legais se processada por escrito, mediante protocolo ou outro meio de registro, que comprove a sua efetivação, não sendo consideradas comunicações verbais.

CLAUSULA VIGÉSIMA QUINTA – ANTICORRUPÇÃO

Em demonstração de comprometimento e responsabilidade, as partes declaram conhecer e concordar integralmente com o estabelecido na Lei n° 12.846/2013, que dispõe sobre a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a administração pública, e se comprometem a observar e a fazer observar, inclusive por seus subcontratados, se admitida subcontratação, o mais alto padrão de ética durante todo o processo de contratação e de execução do objeto contratual.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - Sendo assim, na execução do presente contrato, é vedado à requisitante e ao contratado e/ou ao empregado, preposto e/ou gestor seu:

a) Ao longo da vigência deste ajuste e após, prometer, oferecer ou dar, direta ou indiretamente, vantagem indevida a agente público, ou a terceira pessoa a ele relacionada, ou a quem quer que seja;
b) Comprovadamente, financiar, custear, patrocinar ou de qualquer modo subvencionar a prática dos atos ilícitos previstos na Lei n° 12.846/2013;
c) Criar, de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para celebrar o presente Contrato;
d) Obter vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações do presente Contrato, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais;
e) Manipular ou fraudar o equilíbrio econômico-financeiro do presente Contrato;
f) Dificultar atividade de investigação ou fiscalização de órgãos, entidades ou agentes públicos, ou intervir em sua atuação, inclusive no âmbito das agências reguladoras e dos órgãos de fiscalização do sistema financeiro nacional;
g) De qualquer maneira fraudar o presente Contrato, assim como realizar quaisquer ações ou omissões que constituam prática ilegal ou de corrupção, nos termos da Lei n° 12.846/2013, do Decreto n° 8.420/2015 e alterações ou de quaisquer outras leis ou regulamentos aplicáveis ("Leis Anticorrupção"), ainda que não relacionadas com o presente Contrato.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Constatada administrativamente qualquer prática contrária aos deveres estipulados nesta cláusula, a Parte poderá notificar a outra e exigir que essa tome as medidas corretivas necessárias em um prazo razoável.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Se a Parte notificada falhar ao tomar as medidas corretivas necessárias, ou se essas medidas não forem possíveis, poderá invocar defesa, provando que, quando as evidências da violação surgiram, tinha colocado em prática medidas preventivas anticorrupções, capazes de detectar o ato de corrupção e promover uma cultura de integridade na organização.

PARÁGRAFO QUARTO - Se nenhuma medida corretiva for tomada, a Parte notificante poderá, a seu critério, independentemente das sanções aplicáveis à conduta, proceder à imediata rescisão deste Contrato, sem prejuízo da aplicação das penalidades devidas.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS E DA PRIVACIDADE

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

As partes se comprometem a cumprir integralmente a Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (Lei nº 13.709/2018), o Decreto Federal nº 10.046/2019, bem como demais normas e regulamentos aplicáveis à proteção de dados, comprometendo-se a adotar todas as medidas técnicas e administrativas necessárias para garantir a confidencialidade, integridade e segurança das informações pessoais eventualmente tratadas no âmbito deste contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A CONTRATADA declara que:

a) Tratará exclusivamente os dados pessoais a que tiver acesso em razão da execução deste contrato para a finalidade específica da prestação dos serviços ou fornecimento dos bens contratados, sendo vedada a utilização para propósitos diversos;
b) Manterá controle de acesso restrito aos dados pessoais, limitando-o apenas aos colaboradores estritamente necessários à execução contratual;
c) Implementará medidas de segurança da informação compatíveis com o grau de risco envolvido, tais como criptografia, controle de acessos, monitoramento e gestão de incidentes;
d) Comprometer-se-á a comunicar imediatamente à CONTRATANTE qualquer incidente de segurança que possa acarretar risco ou dano relevante aos titulares dos dados, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas a contar da ciência do fato, fornecendo todas as informações necessárias para mitigação dos impactos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - A CONTRATANTE, na qualidade de Controladora dos dados, poderá auditar, a qualquer tempo, a conformidade da CONTRATADA com as normas da LGPD, devendo esta fornecer as informações e os registros necessários ao acompanhamento da execução contratual.

PARÁGRAFO TERCEIRO - As partes reconhecem que o eventual descumprimento das obrigações previstas nesta cláusula poderá acarretar, sem prejuízo de outras sanções legais e contratuais:

a) Advertência e fixação de prazo para adequação;
b) Multa contratual, conforme previsto no instrumento convocatório ou neste contrato;
c) Rescisão contratual por descumprimento de obrigação legal;
d) Responsabilização administrativa, cível e criminal, nos termos da legislação vigente.

PARÁGRAFO QUARTO - Caso o tratamento de dados pessoais envolva transferência internacional, esta deverá estar previamente autorizada pela CONTRATANTE e observar o disposto nos arts. 33 a 36 da Lei nº 13.709/2018, garantindo que o país destinatário proporcione grau de proteção de dados adequado.

PARÁGRAFO QUINTO - As partes reconhecem, ainda, que, em conformidade com o art. 7º, §3º, da Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública poderá compartilhar dados com outros órgãos e entidades quando necessário à execução contratual ou à fiscalização, desde que preservados os princípios da finalidade, necessidade e segurança.

CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO TRATAMENTO TRIBUTÁRIO

Em função da imunidade tributária da CONTRATADA, relativo ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), considerando suas finalidades previstas no respectivo Estatuto Fundacional, por força do art. 150, inciso VI, letra "c", da Constituição Federal, c.c. o art. 14, § 1º, do Código Tributário Nacional, assim reconhecida pelo Tribunal de Justiça de São Paulo, nos autos da Apelação nº 9077683-19.2007.8.26.0000, transitado em julgado após Agravo Regimental no Recurso Extraordinário em Agravo nº 1010.225-SP perante o Supremo Tribunal Federal, os preços referidos na cláusula terceira se reputam líquidos, de tal maneira que a CONTRATANTE, no ato do pagamento, se absterá de efetuar qualquer desconto tributário em relação ao mesmo.

CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

Na hipótese de divergência entre o Termo de Referência, com o Contrato e a Proposta Técnica nº 54A/2026, prevalecerá o disposto no presente Contrato e na referida Proposta.

CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA PUBLICAÇÃO

O extrato do presente Contrato será publicado pela CONTRATANTE no Diário Oficial do Estado, nos Portais e demais meios exigidos em lei, obedecendo às determinações da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo a publicação condição indispensável à sua eficácia.

CLÁUSULA TRIGÉSIMA– DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual da Comarca de São Luís/MA, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas do presente instrumento.

E assim, por estarem de acordo, ajustadas e contratadas, após lido e achado conforme, as partes a seguir firmam o presente Contrato, em formato digital, para um só efeito, perante 02 (duas) testemunhas que também os subscrevem.

São Luís/MA, *data da assinatura eletrônica.*

GUILBERTH MARINHO GARCÊS
Secretário da Secretaria de Estado da Administração - SEAD
CONTRATANTE

EVANDRO TANSINI:04982807647 Assinado de forma digital por EVANDRO TANSINI:04982807647 Dados: 2026.10.01 18:02:41 -03'00'

EVANDRO TANSINI
Diretor-Geral
CONTRATADA

GABRIEL LIMA COSTA DE BARROS:40121281833 Assinado de forma digital por GABRIEL LIMA COSTA DE BARROS:40121281833 Dados: 2026.10.01 18:05:02 -03'00'

GABRIEL LIMA COSTA DE BARROS
Diretor Financeiro
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Ana P. Nascimento
RG Nº
CPF Nº 920.513.163-68

Keila Raquel Catrin Jansen
RG Nº
CPF Nº 760.822.373-15

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

Documento assinado eletronicamente por **GUILBERTH MARINHO GARCÊS**, em 01/10/2026 - 17:10:56, conforme horário oficial de Brasília. Com fundamento no art. 6º, § 1º, do Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015. Autenticidade do documento pode ser verificada em https://www.bid.startgov.com.br/validacao, informando o código verificador: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS

Este documento foi assinado digitalmente/eletronicamente pelos seguintes signatários nas datas indicadas

Código: pfec42d4b-5b00-4d50-843d-6173b873b992

URL: https://www.bid.startgov.com.br/validacao

Lista de Assinaturas

GUILBERTH MARINHO GARCÊS
CPF: 915.XXX.XXX-97
Tipo de assinatura: Assinatura Simples
Assinado em: 01/10/2026 17:10:56 (GMT-03:00)